

16 JUL 1996

CORREIO BRAZILIENSE

Acordo cria órgão único para legalizar negócio

Fernanda Melazo
Da equipe do Correio

O microempresário Ivan Ferreira, casado e pai de uma filha, não gosta de lembrar o sufoco que passou para conseguir regularizar sua distribuidora de bebidas. "É uma papelada que não acaba mais e uma burocracia enorme". Ivan conta que o processo de legalização da empresa demorou três meses para ser concluído.

Ivan não é a única pessoa que teve problemas para abrir uma empresa. A maioria dos empresários reclama do excesso de burocracia para legalizar um ponto comercial. O caminho para a regularização é longo, demorado e tortuoso.

O futuro empresário tem que percorrer quatro lugares diferentes — Junta Comercial, Secretaria da Receita Federal, Secretaria de Fazenda e Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais (Sucar). Em cada um deles, o processo de legalização pode demorar mais de um mês.

MUITA DEMORA PARA ABRIR UMA EMPRESA

1º passo - O futuro empresário deve ter o contrato social da empresa. Com o documento nas mãos, ele deve seguir para a Junta Comercial do DF, que tem o trabalho de verificar e corrigir o contrato, ou estatuto da empresa. A Junta demora quase uma semana para fazer o serviço.

2º passo - Depois do sinal verde da Junta Comercial, o empresário deve levar o contrato social para a Secretaria da Receita Federal para requerer o CGC da empresa. A secretaria leva três dias para fazer esse trabalho.

3º passo - Seguir para a Secretaria de Fazenda, responsável pela inscrição estadual de sua empresa. Nesta fase, a inscrição pode demorar mais de duas semanas para ficar pronta.

4º passo - A última tarefa do empresário é levar o processo para a Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais do DF (Sucar), que vai verificar a viabilidade do projeto da empresa. Aqui, a regularização de sua empresa pode emperrar por dois meses.

Mas essa gincana forçada pode acabar. O Governo do Distrito Federal, o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa) e as entidades da classe empresarial devem lançar, em dois meses, o Posto de Regularização do Comércio.

"A idéia é integrar em um só balcão todos os serviços necessários para a legalização das empresas", afir-

mou José Carlos de Luca, coordenador técnico da Federação do Comércio (Fecomércio). "Assim, acaba a burocracia e o empresário não precisa esperar tanto tempo para começar a trabalhar".

A instalação desse posto deve custar R\$ 150 mil. "O ideal é que seja no Centro de Convenções. Lá tem toda a infra-estrutura para a informatização

do posto. Além disso, o local já tem um posto da Secretaria da Fazenda e do Banco de Brasília", sugere Carlos de Luca.

O projeto tem duas etapas. A primeira é a instalação desse posto. A segunda, mais ousada, é habilitar os 17 balcões do Sebrae, espalhados por todo o Distrito Federal, para fazer o atendimento das pessoas nos locais

onde elas moram. "Dessa forma, quem mora fora do Plano-Piloto não precisaria sair de sua cidade para conseguir o serviço. O funcionário do Sebrae ficaria encarregado de passar as informações, via computador, para o posto principal", diz Carlos de Luca.

Mas essa segunda etapa ainda demora. "Primeiro, nós vamos instalar o Posto", afirma o coordenador da Fecomércio. Segundo ele, esse posto deverá ser equipado para, em breve, prestar qualquer tipo de serviço, desde a legalização e abertura de uma empresa até seu processo de fechamento.

"Fechar uma empresa é bem mais difícil do que abrir", diz Miguel Nabut, presidente da Junta Comercial do DF. Segundo ele, existem quase 150 mil empresas cadastradas no DF. Mas, pelas estimativas, apenas 70 mil delas funcionam. "Quem já fechou uma empresa, não quer passar por todas as burocracias novamente", diz ele. "A nossa intenção é facilitar todos os atos", completa.